
A FRONTEIRA COMO LUGAR GEOGRÁFICO, EPISTÉMICO, POLÍTICO E CULTURAL: DELINEANDO SENTIDOS E CONTRASTES

Dante Augusto Galeffi

Universidad Federal de Bahia, Salvador, Brasil

dgaleffi@uol.com.br

A palavra “fronteira” pode dizer muitas coisas de diversos pontos de vista, sendo um signo que designa em geral as divisões territoriais no âmbito das representações antropomórficas. Uma fronteira marca sempre a propriedade de alguma entidade social e política, que pode ser uma pessoa, uma comunidade, um agrupamento social, uma cidade, uma reserva ecológica, uma divindade etc. Sendo polissêmica, a fronteira é sempre um lugar marcado por signos de identidade e diferença, signos que apontam para o mesmo e para o outro, o “meu” e o do “outro”. Como lugar, ocupa sempre espaço, seja ele geográfico, epistêmico, político e cultural. O espaço é, neste caso, uma dimensão da experiência dos corpos pertencentes ao mundo da vida. Como lugar geográfico, a fronteira sempre divide e discrimina espaços em seus usos e permissões, mesmo quando se trata de uma fronteira definida por diferentes estados da ecologia ambiental, como a linha divisória entre o mar e a terra, a nítida diferença entre uma floresta e um vale descampado, os limites que as montanhas desenharam no céu etc. Os modos ambientais do planeta Terra são múltiplos e cada um deles demarca fronteiras geográficas definidas em suas condições materiais e climáticas. Toda a Terra está mapeada a partir de seus limites geográfico-ambientais. A geografia física demarcou os recantos e cantos do planeta, e hoje o mapa do mundo corresponde ao acervo de suas imagens de escalas múltiplas, sempre pelo olhar aé-

Para citar este artículo: Galeffi, D. (2018). A fronteira como lugar geográfico, epistêmico, político e cultural: delineando sentidos e contrastes. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales IX*, pp. 23 - 26. Recuperado en <https://iberoamericasocial.com/a-fronteira-como-lugar-geografico-epistemico-politico-e-cultural-delineando-sentidos-e-contrastos>

reo, que caracteriza os mapas geográficos em sua intenção descritiva do conjunto desenhado em escala ou modelado por programadores computacionais. E de qualquer modo, a geografia física do planeta encontra nos mapas e cartas topográficas sua expressão geométrica, portanto, atinente ao espaço e sua representação gráfica e imagética. E é pelos mapas que as fronteiras físicas são demarcadas e reconhecidas pelos sinais de sua representação, a partir da existência material de tais espaços fronteiriços. E na perspectiva humana, os espaços geográficos fronteiriços pressupõem a escala de valores pela qual os seres humanos julgam as coisas do mundo, a partir de seu ambiente e de sua relação com os outros, de seus regimes de signos e de seus comportamentos morais e políticos. Ora, toda fronteira é sempre algo que só faz sentido dentro de um regime linguístico coletivo e público, designando uma grande área ou extensão de terra delimitada por jurisdição. E é no âmbito jurídico que o termo designa a base geográfica de um Estado ou sua extensão e limites, base sobre a qual um grupo político exerce sua soberania, compreendendo a totalidade do solo ocupado pela nação, em todas as direções e sentidos, para cima, para baixo, para os lados. E no caso dos Estados que fazem fronteira com o mar, os acordos internacionais aceitam uma linha divisória imaginária medida por milhas em relação à terra firme, o que requer o uso de medidores de distância para se ter sua localização autorizada. Os sinais aqui mostram como as fronteiras são clausuras protetoras de grupos políticos concretos, existentes. E esta proteção vem da necessidade que os iguais têm de se proteger do estranho, o estrangeiro, o "outro". E isso porque a história humana tem sido definida pelo estado de guerra de uns contra outros, de povos contra povos, nações contra nações etc. Assim, toda fronteira é "familiar", claro que no sentido da partilha de uma identidade política específica, que distingue as sociedades entre si, e que replica o sentido familiar de pertença por meio do signo do igual, do reconhecido como membro de uma comunidade política. As fronteiras são a expressão da desconfiança humana em relação ao que é desconhecido, estrangeiro, fora do familiar. Toda fronteira é uma afirmação de luta e força, de proteção e de defesa. As fronteiras revelam o tamanho e o abismo do egoísmo humano, sua tendência fundamentalista e sua ignorância crassa, sua estupidez e desproporção racional. As fronteiras procuram garantir segurança para os que delas são proprietários, o que não deixa de ser sempre ambíguo e decidido não pelo melhor argumento e pelo senso de justiça geral, e sim pelo uso da força e de seus dispositivos bélicos. Mas uma fronteira também indica um limite a respeitar e uma diferença a considerar, sendo sempre necessário contextualizar o seu uso, para que não designe apenas o seu aspecto polêmico e possa expressar seu sentido necessário nas relações de poder entre os humanos. Já do ponto de vista epistêmico, uma fronteira demarca territórios do saber científico, seus discursos, suas crenças, seus regimes de enunciação e prática. Trata-se de fronteiras invisíveis, apenas inteligíveis, que se definem por campos de atuação ideológica, cultural e política. Uma fronteira epistemológica delimita territorializações, desterritorializações e reterritorializações no âmbito das crenças mentais sobre os limites do real e do imaginário. Há territórios epistemológicos variados, alguns se sobressaindo sobre outros, como é o caso da tecnociência hegemônica, que atende ao imperativo do produtivismo capitalista mundial, pouco se importando com os efeitos vitais e ecológicos de suas ações. Há conflitos de interesses no âmbito epistemológico e há balizadores de identidade que atual no plano discursivo e acional, dizem e anunciam postulados e agem de acordo com suas normas admitidas e impostas. É o caso do conflito entre os métodos científicos chamados de positivos e os etnométodos que se realizam nas comunidades de prática com

seus saberes e fazeres além das normas pregadas academicamente para a pesquisa científica. As fronteiras epistemológicas são campos de conflito e afirmação de força, muitas vezes sem o devido respeito pela diversidade constituinte de toda a natureza e de todas as espécies vivas do planeta, inclusive a espécie humana, que é igual apenas no âmbito de sua programação genética primal, e que se faz múltipla no próprio florescimento dos indivíduos e sociedades humanas. E isto segundo suas condições de produção e consumo de bens necessários para a manutenção e sobrevivência de seus membros. As fronteiras epistemológicas expressam também os fossos mentais que separam indivíduos de indivíduos segundo suas atuações e competências, chegando a exercer os limites do que é autorizado pensar e dizer. O que inevitavelmente indica o comportamento ético produzido no interior das teorias científicas e das crenças epistemológicas dominantes. É sempre um campo de forças em disputa de expansão territorial, do mesmo modo como funcionam as igrejas e as seitas religiosas. No âmbito das fronteiras epistemológicas o “meu” saber precisa ser necessariamente o “saber público”, e quem decide o que é público na maioria das vezes afirma o que lhe é privado. O público se confunde com o privado de um grupo dominante que impõe a sua métrica de avaliação e reconhecimento de algo. Tudo parece normal e naturalizado nos limites fronteiriços de um procedimento científico regulador. E é no campo epistemológico que são definidos os limites entre o real e o irreal, o objetivo e o subjetivo, o regular e discreto em sua mudez e o ente que é afetado com seu comportamento ético e vital. É quando o político, que é da ordem das paixões mais do que da razão distinta, entra em ação para delimitar o que um determinado território fronteiriço pode abarcar e o que está fora de seus limites e domínios. A política fronteiriça é sempre um jogo de uns contra outros, um jogo de concessões e cobranças, de regras e modelos de representação. É sempre uma instância burocrática e documental, em que os carimbos funcionam como concessão de um direito ou sua cassação definida juridicamente. Uma política fronteiriça vem se mostrando marcada por cercas e muros, o que segrega e proíbe fluxos de ida e vinda entre territórios políticos diferentes, na maioria das vezes nacionais e estatais. Uma política fronteiriça define os dispositivos de controle de determinado território, seja ele geográfico, epistêmico ou cultural. E a fronteira cultural pode ser a mais fácil de classificar e reconhecer, mesmo sendo aí que as diferenças são exercitadas no jogo de forças que marca a vida societária dos humanos. É aí que os preconceitos mais se sobressaem, quando se trata de reconhecer o “outro”, o estrangeiro, o diferente do que o “eu” pensa ser em sua identidade ilusória e habitual. Uma fronteira cultural nunca é amistosa em relação ao que escapa de seus costumes. Ela é sempre a afirmação de formas de pensamento e ação, modos de produção e de consumo. É na cultura que todas as instâncias fronteiriças se reúnem para demarcar suas diferenças, repetições e domínios. Fronteira é uma designação cultural que abarca o geográfico, o epistêmico e o político em uma só alçada, marcando os usos e costumes das relações de poder baseadas na propriedade privada, que se estende como propriedade pública. Sobretudo no momento atual em que as fronteiras culturais estão acirradas e alimentam as guerras étnicas e os conflitos movidos por interesses de domínio universal, como é o caso dos inumeráveis grupos fundamentalistas que emergiram como novos fascismos e nazismos que só confirmam o tipo bélico que é o animal humano. E caso este animal humano não ultrapasse o limiar de seus isolamentos ideológicos que só admitem o valor do que é familiar pelo ataque deliberado contra o diferente e único em seu modo de ser diferente. A fronteira, então, só permanece como valor na mentalidade dos que vivem encerrados em seus próprios hábitos que iso-

lam e ofendem os diferentes que seguem seu ímpeto vital de ser sempre-mais. O que predomina em toda a fronteira é o egoísmo familiar e a ambição de domínio sobre os que não são reconhecidos em suas diferenças radicais. Este são os desrespeitados em seus próprios territórios e em suas inevitáveis formas distintas de comportamento, pois são politicamente excluídos das benesses de um poder central cada vez mais devastador e desigual, mais controlador e poliecológicamente insustentável. Insustentável ambientalmente, socialmente, mentalmente e ciberneticamente. Toda fronteira mostra o tamanho das garras do animal humano, mostra seu egoísmo, mostra seu fechamento espiritual para a convivência com a diversidade e multiplicidade. É que há ainda os que não romperam os limites da cidade fortificada, e seus egos são como cidades muradas contra a tudo que não fale do mesmo, que não repita o já habitual. Estes são os que amam viver nos limites das fronteiras, e assim, são os que se orientam pela máxima: *o homem é o lobo do homem*.